

“A Ditadura militar e a face maternal da repressão”

Rosemeri Moreira, UFSC
rosemeri_moreira@yahoo.com.br

Pensar as práticas repressivas da ditadura militar brasileira e as relações de gênero é colocar em foco reflexões sobre a Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMSP e sobre a Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR, uma vez que imagens construídas a cerca dessas instituições repressivas, se encontram imbricadas na construção discursiva da idéia de um feminino relativo às mulheres policiais.

No Estado de São Paulo existiam mulheres policiais a partir do ano de 1955 com a criação do Corpo de Policiamento Feminino as quais serão agregadas, junto com as demais polícias - Guarda Civil, Força Pública e a Polícia Marítima e Aérea, em 1970, dando início a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nesse caso o surgimento da PMSP levada a cabo no período ditatorial é que insere mulheres e homens em uma mesma instituição policial, pois até então a inclusão de mulheres se dava em uma organização em separado, permanecendo, no entanto, a atividade das policiais como um tipo de policiamento específico¹. No caso paranaense é no período ditatorial que será criado o primeiro pelotão de “Policiamento Feminino” próximo ao surgimento da própria PMPR². Os demais estados incorporam mulheres em seus quadros a partir de 1982, após a derrota fragorosa da direita nas eleições estaduais marcando o início do período de redemocratização. Ou seja, as denominadas Polícias Militares das unidades federativas que existem nos dias atuais, surgiram no período da ditadura militar no Brasil como parte de um programa de reestruturação e controle das Forças Policiais por parte das Forças Armadas, principalmente o Exército Nacional. Processo efetuado a partir de 1969³. Como parte desse processo diversas polícias existentes nos Estados serão agregadas formando os dois grupos atuais: a já existente Polícia Civil, permanece com a função de polícia judiciária e as demais polícias⁴ foram agregadas em uma nova corporação

¹ A partir do ano de 2000 é que deixa de existir oficialmente na PMPR a tipificação “policiamento feminino”, mesmo que a atividade desempenhada por mulheres na corporação policial logo após sua implantação houvesse ultrapassado a fronteira do gênero.

² Processo discutido em dissertação de mestrado. MOREIRA, Rosemeri. “**Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná: 1970-1981**”. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá – PR, 2007. Sob orientação Dra. Hilda Pívaro Stadnik. Até fins da década de 1980 as polícias militares dos estados incluíram mulheres em seus quadros e iniciaram a abertura de editais para as a inclusão das Bombeiras Militares.

³ Decreto-Lei nº. 667, de 02 de julho de 1969.

⁴ Existiam diversas organizações policiais que variavam, em numero e em função, de um Estado para outro. Em São Paulo existiam: Polícia Civil, Guarda Civil, Força Pública, Guarda Marítima e Aérea e o Corpo de Policiamento Feminino.

denominada Polícia Militar com a função repressiva/preventiva de “mantenedora da ordem pública”. As Forças Policiais e os Corpos de Bombeiros existentes nos Estados, Territórios e Distrito Federal são reorganizados e submetidos ao controle dos Comandantes do Exército das respectivas Regiões Militares. Período de intensificação das estratégias de estruturação do aparato repressivo identificado como “anos de chumbo” tem-se como parte dessas medidas a criação das Polícias Militares estaduais subordinadas à IGPM – Inspeção Geral das Polícias Militares vinculada ao Ministério do Exército.

Compartilhando da idéia de Suzeley Kalil Mathias que: “militarização é algo muito maior e mais duradouro do que a simples ocupação de cargos, embora este seja um de seus mecanismos”⁵ mas se apresenta como a introjeção do *ethos* militar das Forças Armadas, voltada à construção de uma burocracia eficiente, à idéia de construção de potência, expandindo o ideal militar para outros âmbitos. Entende-se esse momento como sendo de militarização das polícias, por parte do Exército, o qual insere a tecnocracia no interior das mesmas. Entretanto, é importante salientar a latente preocupação com a representação numérica que o efetivo policial colocava: grupo considerado como o único possível de fazer frente às Forças Armadas⁶. O controle direto por parte do Exército sobre esse efetivo configura-se como uma questão de estratégia militar, e a reorganização das polícias estaduais como uma questão burocrática, ambas voltadas ainda à idéia da superioridade do *ethos* militar⁷, enfatizado nas palavras do General a seguir:

[...] o próprio movimento militar e civil também que em 1964, cujo objetivo era o desenvolvimento nacional e com segurança. [...] as **Polícias Militares teriam prioridade em ser melhoradas** [...]; essa era a intenção em elas (*as polícias militares estaduais*) serem comandadas por oficiais do exército. [...] aquela era uma época de luta contra o comunismo, havia guerrilha urbana, mas principalmente rural e, diversas PMs inclusive a nossa como no vale da Ribeira foram empregadas nessa luta. [...] **desejo de aperfeiçoar, de melhorar, de desenvolver, de tornar mais operacional mais competente a corporação** [...]. Essa era uma das **nossas missões que nós julgamos que cumprimos muito bem**. Isso sem falsas

⁵ MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia**: a participação na administração federal das comunicações e da educação – 1963/1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 25.

⁶ No caso paranaense, por exemplo, havia em 1970 um contingente de 11.357 policiais (Revista “Miliciano”, jul/77 p. 12. O contingente previsto e aprovado no período para a PMPR era de 14.000.) ao passo que na 5ª. RM (Região Militar) o contingente não chegava a 2.000 homens.

⁷ “A entonação da voz clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa ‘densidade’ corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada, uma noção rígida de higiene corporal –, usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio [...]. O senso de honestidade e ‘retidão’ de caráter; a preocupação com as causas ‘nobres e elevadas’ [...]; o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia [...], uma vida levada ao ar livre, saudável, mais natural.” CASTRO, Celso. *O espírito militar*: um antropólogo na caserna. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 34. O processo *intenso* de socialização profissional militar é um exemplo de caso-limite em que o indivíduo “muda de mundo”, o que contribui para o distanciamento entre os militares e o mundo civil.

modéstias, eu ousou dizer que **as PMs devem muito ao exército**. Durante esse período que foram 20 anos, a presença desses coronéis. Um dos aspectos que nós mudamos muito, e isso nos chocou bastante no início, o policial militar àquela época tinha muita consciência dos direitos que eles tinham. E, e muita pouca consciência dos deveres é completamente diverso a um oficial do exército. **Nós somos educados a pensar primeiro nos deveres e não pensar nos direitos. É difícil um civil entender isso, mais é uma vida. [...] No exército, a gente recebe missão, cumpre, não discute**⁸.

Nas palavras do general, “melhorar” as polícias e demais setores da vida pública, militarizar as polícias estaduais e levar para o interior do estado sua atuação, aumentando o contingente operacional e a eficácia associada à burocratização eram tarefas primordiais a cargo dos militares, os quais se vêm moralmente revestidos para tanto. E, do mesmo modo, transformar o policial militar em servidor da Pátria, que, tal qual, seus pares no Exército, precisa desvestir-se da idéia de possuir direitos numa missão acima de tudo patriótica.

Isto posto, entende-se como prática repressiva tanto a construção discursiva das leis, diretrizes e decretos que incidem sobre as policiais com a finalidade de normatizar, delinear e delimitar o corpo de mulheres no interior da instituição policial a partir da idealização de um “feminino” a elas pensado como inerente, quanto à utilização dessa imagem como representante e representativa da própria corporação, o que será acentuado no período ditatorial. Os enunciados discursivos da pioneira legislação paulista de inclusão de mulheres na função policial, serão repetidos com pequenas modificações na forma e não no conteúdo, nas co-irmãs estaduais no decorrer dos demais processos de inclusão de mulheres.

Considerando que no vasto complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que pela sua **natureza**, reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, e que **a atuação da mulher pela sua formação psicológica peculiar**, se mostra particularmente eficaz e vantajosa.” [...] Art 1º. Parágrafo único: A esse Corpo serão atribuídas tarefas de Policiamento às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste o trabalho feminino em razão de sua **formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres.**”⁹

A maternagem pensada como inerente a mulheres será a base discursiva da inserção nesse espaço até então considerado viril e sinônimo de masculinidade. Ao se reafirmar uma idéia de mulher/mulheres ligado a natureza de um feminino tenta-se construir/reconstruir uma imagem de polícia mais preventiva e menos repressiva. Antes de avançar nessa discussão é importante lembrar

⁸ Entrevista 3B. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (54 min.). General da Reserva do Exército brasileiro que foi comandante da PMPR no período do governo militar.

⁹ SÃO PAULO. Decreto n. 24.548, de 12 de maio de 1955. Sem grifo no original.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

que a ditadura militar no Brasil ao agregar essas diversas polícias inseriu modificações¹⁰ no que tange a carreira e ao status das policiais ocasionando na caserna um desconforto visível no caso de São Paulo:

[...] lá no início da década de 1970, na Academia de Polícia do Barro Branco, as policiais femininas foram fazer um curso de adaptação em razão da unificação das diversas polícias de São Paulo. [...] quando as policiais femininas iam fazer educação física no pátio interno da academia, todas as janelas deviam ser fechadas, para que nenhum aluno conseguisse ver a atividade das policiais. [...] outra vez, logo pela manhã, chegou a Cel Hilda, “full”, e quem comandava era um tenente coronel, e como manda a hierarquia e a disciplina, a tropa de alunos teve que prestar continência a Cel. Hilda, fato que provocou um choque em todos. Na época não havia mulheres lá, nem faxineiras, havia apenas as mulheres que lavavam a roupa de alguns alunos e só.¹¹

Devido ao tempo de serviço prestado anteriormente, mulheres policiais incorporadas a novíssima PMSP, passam a possuir prerrogativas de responsabilidades e mando que as graduações e postos autorizam perante a hierarquia militar: passam a ser “sargento”, “tenente”, “capitão”, “major” e “tenente-coronel”. Com relação aos critérios de inclusão de mulheres na polícia foi acrescentado no período ditatorial o seguinte item: “Não registrar antecedentes criminais e político-sociais e estar em gozo dos direitos políticos. Possuir temperamento adequado ao exercício da função policial apurado em exame psico-social.”¹²

Nos recortes de jornais, revistas e fotografias existentes na Biblioteca e Museu de Polícia Militar em São Paulo, se percebe uma intensificação da utilização da imagem preventiva/maternal totêmica das mulheres policiais em fins da década de 1960. Triplica a quantidade nessa tipologia de fontes a referência a essa imagem maternal. Como um “totem”¹³: símbolo que procura agregar a identificação de toda a instituição. Kimmel afirma ser este o duplo dilema imputado às mulheres quando adentram nas corporações militares, elas “están sujetas a encarar el doble dilema del ‘tokenismo’: ser hipervisibles en tanto que miembros de su grupo e invisibles en tanto que individuos”¹⁴.

¹⁰ SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 217, de 8 de abril de 1970.

¹¹ Entrevista anônima Apud FRACARA, Renata. **Policimento Feminino em São Paulo**. CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2009.

¹² SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 168 de 10 de dezembro de 1969. BRASIL. Com base no Decreto-Lei nº. 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

¹³ Fenômeno combatido na antropologia principalmente por Claude Lévi-Strauss, que negou a sua realidade, aqui tomado como metáfora. Ver. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

¹⁴ Apud BOBEA, Lilian. Entre el escudo de Minerva y el manto de penélope: la feminización del servicio militar en el Caribe, una pratica dicotomizada. In: RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, 6., 2003, Santiago. **Anales...** Santiago: Center for Hemispheric Defense Studies, 2003. p. 28-30.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Sobre a produção dessas fontes é importante lembrar que nesse contexto de reestruturação é inserida na estrutura organizacional das corporações policiais militares a denominada 5ª Seção (PM/5) Assuntos Cíveis, - atualmente chamada de Relações Públicas - a qual produz pautas e/ou notícias encaminhadas a imprensa: produção de releases, fotografias e até vídeos a serem veiculados nos meios de comunicação. Além disso, é ainda encarregada pela seleção e arquivamento de notícias relativas à PMPR que são veiculadas na mídia. Seção responsável em dar visibilidade à imagem que a PMPR faz de si: buscando, produzindo, selecionando e arquivando, inserida dessa forma num processo circular de informações, uma vez que esta seção produz eventos e notícias para publicação na imprensa e arquivava o que foi publicado como testemunho factual de uma realidade construída. Os recortes jornalísticos que fazem parte do acervo do Museu da PMPR e da PMSP demonstram a ausência de um método arquivístico elaborado, pois uma parte significativa encontra-se sem data, nome do jornal, número de página, com palavras cortadas etc. Na maioria dos casos, não é possível distinguir quais as zonas privilegiadas pela distribuição da imagem. Entretanto, isso não impede a utilização dessas fontes, uma vez que o objeto não é diretamente a construção do gênero na imprensa escrita, mas entender como a instituição policial se utiliza e reutiliza de representações da imprensa como fonte testemunhal de uma verdade já declarada em seu próprio discurso construtor da auto-imagem e da memória oficial.

Nos jornais e revistas arquivados o foco é a função protetora/maternal tanto da PMSP - com ênfase na segunda metade dos anos 60, quanto no caso da PMPR na década de 70, momento em que as mulheres começam a fazer parte da PMPR. As manchetes, reportagens e fotografias retratam de forma recorrente o cuidado com o outro: a infância carente protegida/desprotegida; o amparo aos imigrantes vindos do interior do estado; o combate a prostituição com a proteção das moças “ingênuas”. As fotografias centralizam as policiais acompanhadas de crianças de várias idades perdidas e/ou abandonadas; famílias inteiras nos bancos de rodoviária; idosos, crianças, mulheres grávidas e pobres em geral: “Polícia Feminina cuidará da travessia de pedestres”¹⁵, “Carlos Almir - doméstica deixou filho na casa de uma amiga e sumiu”¹⁶; “Objetivos da Polícia Feminina: a mulher, a criança e o ancião”, a qual trás como sub-manchete: “Amparo aos infelizes que chegam de todas as partes do país é um dos aspectos importantes do trabalho da nossa Polícia Feminina”¹⁷; “Doméstica mandada embora não tem lugar para viver com a filhinha”¹⁸, e muitas outras. Em todas as cenas a postura corporal das policiais acolhe aqueles que expressam espanto,

¹⁵ Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP. NOTÍCIAS POPULARES. 13 de 01 de 1968.

¹⁶ Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP. NOTÍCIAS POPULARES, 11 de junho de 1964.

¹⁷ Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP. ÚLTIMA HORA, 08 de 11 de 1966.

¹⁸ Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP. Pasta de recortes sobre as policiais.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

dor, medo e tristeza: bebê ao colo; de mãos dadas com as crianças maiores; mãos nos ombros dos adultos, sorrindo segura e ternamente. Em reportagem de capa na Times of Brazil¹⁹, fotografias e manchetes declaram: “Please find my mummy”; “Everything being done to help this poor mother and child”, seguindo um texto de três páginas o qual relata histórias de reencontro entre mães e filhos, proporcionados pelas policiais femininas.

Além dessas imagens veiculadas na imprensa e que nos arquivos policiais quantitativamente nos chamam a atenção enfatizando o caráter protetor da Polícia Militar é possível através das correspondências oficiais, muitas de caráter reservado, verificar atividades desenvolvidas pelas policiais que as colocam como parte ativa do empreendimento da repressão política, aqui entendida de forma ampla. No ano de 1966, em Seminário sobre Direitos Humanos realizado em Brasília realizado, organizado pelas Nações Unidas, a Comandante da Polícia Feminina Cel. Hilda Macedo, à época vice-presidente no Brasil da “Internacional Federation Of Women Lawyers”, com sede na Austrália, é indicada por essa organização internacional como sua representante e observadora²⁰ e as despesas de sua participação (transporte, alimentação e estadia) foram pagas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo²¹. Paradoxal no sentido utilizado por Joan Scott²², é a jhkjhkjhkjhk

Uma foto, dentre tantas, existente na Biblioteca e Museu de Polícia da PMSP é emblemática dessa relação paradoxal. Produzida em 1968, no centro da cidade de São Paulo, a fotografia se encontra presente em álbum histórico sobre as policiais e também está exposta ampliada em quadro no citado museu da corporação: no plano de frente doze mulheres lado a lado, trajando em azul, saia-calça e sobretudo, botas de cano alto, portando quepe e bolsa de couro conversam entre si distraidamente. Ao fundo da foto: dois tanques de guerra e o pelotão de choque, com integrantes – homens – do Exército e da PMSP. O corpo das mulheres policiais marca o território, conquistado, ou a conquistar, e estabelece a quebra da virilidade do combate entre os grupos opositores, suavizando o olhar que incide atrás da objetiva.

Nas operações repressivas de grande vulto é possível detectar também a atuação das policiais, como no caso de ações da Operação Bandeirantes - OBAN²³. Segundo documentos, a guarda de três crianças (dois meninos de sete e seis anos e uma menina de quatro meses) foi

¹⁹ Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP. TIMES OF BRAZIL, vol. XLVIII n. 2 June, 6 1966

²⁰ Carta de Viola Schmit, presidente da Internacional Federation Of Women Lawyers para Hilda Macedo. Acervo Biblioteca e Museu de Polícia Militar da PMSP. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP.

²¹ POLÍCIA FEMININA. Ofício PF n. 190, de 25 de julho de 1966. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP.

²² SCOTT, Joan. O enigma da Igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

²³ Ver JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem**. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de doutorado. USP – 2007.

entregue a Polícia Feminina, o que parece ser uma prática corriqueira na situação de combate à subversão. Nas palavras de Waldir Coelho: “(...) agradecimentos da Operação Bandeirante pela valiosa cooperação emprestada naquela emergência, solucionando carinhosamente um problema para o a qual não tínhamos meios nem experiência”²⁴. Ter a guarda não significava estar sob o cuidado das policiais, mas sob sua responsabilidade, sendo as crianças encaminhadas a “Casa de Plantão” do Juizado de Menores e lá permanecendo por cerca de vinte e um dias. Ou seja, a invocação recorrente, feita pelo militares, do exército ou não, da utilização da “experiência” das policiais mulheres é menos voltada para o cuidado concreto com relação às crianças, mas como uma justificava pacificadora aos demais interessados no destino das crianças: familiares e advogados dos presos políticos.

Outra prática que parece ser costumeira transparece no depoimento de Elzira Varela a qual relata²⁵: “(...) Outra coisa que acontecia era a clandestinidade dentro da prisão. O tempo todos eles colocavam mulheres espiãs na nossa cela. Elas chegavam, contavam histórias que não faziam sentido e iam embora. Então você não podia falar em lugar nenhum, conversar com ninguém.” Como o Exército não possuía mulheres em seus quadros nesse período, nos parece muito provável que essas “espiãs” fizessem parte da Polícia Militar. Maria Amélia Almeida Teles relata também a presença de duas mulheres vestidas de roupa cáqui no interior da prisão, as quais sempre “ficavam sozinhas em uma salinha”²⁶. Esses depoimentos são indicativos iniciais de uma pesquisa que necessita ser aprofundada, que é a participação de mulheres como agentes ativos na repressão política.

Com relação a PMPR, a inclusão de mulheres na corporação se dará no período ditatorial e a ele relacionado. A justificativa simbólica dessa inclusão dar-se-á nos moldes da legislação paulista. Como dito anteriormente, existe uma proximidade temporal importante entre o surgimento da própria PMPR enquanto resultado do processo de militarização das polícias em 1970 e a inclusão de mulheres que passa a ser pensada a partir de 1974²⁷. Outra novidade além do “Policimento Feminino” presente na LOB – Lei de Organização Básica da PMPR, é a criação do “Policimento Montado” a fim de realizar um patrulhamento específico nas áreas verdes que cercam o centro da

²⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. II Exército. 2ª Divisão de Infantaria / São Paulo. Ofício n. 67/69 – OB, de 15 de outubro de 1969. DOPS. Documentos digitalizados gentilmente cedidos pela Dra. Mariana Joffily.

²⁵ VARELA, Elzira . Entrevista em 02/04/2004. Disponível em <http://agenciartamaior.uol.com.br/>. Acesso em: 20 fev 09.

²⁶ Em depoimento no Colóquio Internacional Gênero, Ditadura e Feminismos no Cone Sul. GT- Gênero e Práticas Repressivas.

²⁷ Em 1976 é aprovada a LOB – Lei de Organização Básica da PMPR a qual cria a possibilidade de existência do Policimento Feminino. PARANÁ. Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná - LOB nº. 6674, de 08 de janeiro de 1976.

capital paranaense: mulheres e cavalos irão compor o cenário urbano curitibano em locais distintos.

Reorganizar os aparatos repressivos e controlar os próprios mecanismos repressores e seus ocupantes resulta na construção de legislações específicas às polícias militares dos estados e, no caso paranaense, essa legislação cria um novo “tipo” de policiamento com novos ocupantes no desempenho do exercício da violência legal. A existência concreta de mulheres no interior da instituição será levada à cabo a partir de 1977²⁸. O Comandante Geral da PMPR justifica perante o poder executivo estadual a necessidade e a missão/função das policiais militares a serem incluídas na Corporação:

O Pelotão de Polícia Feminina constituir-se-á no núcleo de uma Unidade Policial Militar Feminina, cujas atividades estarão voltadas ao policiamento ostensivo de **costumes, de menores, de trânsito e nos casos de assistência supletiva à população**, realizados, principalmente, nos **terminais de transporte de massa, nos locais de diversões públicas e nas áreas de grande concentração de pessoas e veículos motorizados**.²⁹

Esse parágrafo, contido no ofício citado, será base de direcionamento das normas e diretrizes que irão delinear, classificar e localizar espacialmente o primeiro grupo de policiais femininas do Estado do Paraná tal qual a legislação paulista. Delimitação imposta na função ligada a um tipo de policiamento que as aproxima da idéia de moral, de maternidade e auxílio-proteção, colocando-as em espaços de grande alcance visual, não somente da instituição sobre a sociedade, mas principalmente da sociedade sobre a instituição e em funções não militarizadas. Importante ressaltar que ainda no mesmo ofício outro parágrafo acrescenta às funções já declaradas: “além das funções indicadas no parágrafo anterior, as policiais militares poderão ser empregadas com eficácia em **missões especiais de operação de informações**, como apoio às atividades normais de polícia militar”. Oficialmente, nos dias atuais a Seção de Informações, ou 2ª Seção do Estado Maior, incumbe-se da fiscalização interna, investigando denúncias sobre a prática dos policiais militares. Nesse período, no entanto, essa seção tem a função de polícia política.

Os espaços delimitados ao trabalho da policial militar³⁰ têm por base uma visibilidade seletiva e uma proximidade essencialista, a partir de representações que incidem sobre a policial militar que ora a aproximam, ora a afastam de segmentos da população. Podemos visualizar a configuração desses espaços denominados: “espaços para ser vista” e “espaços para ver e ser vista”.

²⁸ PARANÁ. Decreto Lei nº. 3238, de 19 de abril 1977. Criação do Pelotão de Polícia Feminina.

²⁹ Ofício nº. 273/77 do Comando geral da PMPR que acompanhava anteprojeto de Decreto. Arquivo da 1ª. SEÇÃO/PMPR. Arquivo da 1ª. Seção do Estado Maior da PMPR.

³⁰ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº. 029/77 - Diretriz nº. 046/77. CFAP; Diretriz nº. 048/77. Diretriz nº. 076/79

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Os espaços culturais de lazer urbano se encontram prioritariamente na área destinada à pedestrianização do centro da capital paranaense, levada a cabo a partir de 1971³¹. Cinemas, teatros, museus, exposições e também as bibliotecas são espaços simbólicos de distinção entre grupos, tendo por base o volume respectivo de seu capital cultural. Espaços prioritariamente pensados para visibilizar uma presença edulcorada do Estado com a utilização da imagem feminina, que basicamente não intervém no ambiente como ordenadora, mas sim como um já apresentado “totem”. O Terminal Guadalupe, local de confluência principalmente dos operários que residem na região metropolitana, mesmo que com grande volume de circulação de pessoas, não será nesse momento um espaço focado à visibilidade estatal que se pretende humanizadora.

As transgressões à imagem legalmente construída sobre “mulheres” e “mulheres policiais” são verificadas assim que se inicia o trabalho na rua:

E em São Paulo ainda que pesasse ter Coronel e subordinados o trabalho delas era assistência social e informação: assistência e informação. Nós, já de início, nós nos revelamos, nós reclamamos.³²

A arma para nós era novidade, fazia bem, a gente achava bonito, a gente queria estar trabalhando armado, se não dessem arma para nós naquela época, a gente se revoltava, a gente queria todos os acessórios... porta isso, porta bloco, nós queríamos tudo [...] na época a gente não aceitava só isso, tanto é que foi muito pouco tempo, aquela duplinha de duas policiais, dentro da rede ferroviária e fazendo um policiamento ostensivo, e preventivo [...] a gente exigia muito mais... depois a mulher já foi empregada, em rádio patrulha, no trânsito, Copom, Hospital da Polícia Militar, Presídio e tantos outros....”

Revelar-se significa questionar o modelo paulista, ao menos na lembrança, o que será comum ao grupo que aos poucos busca identificar-se como mais “operacional”. O armamento negado agrega o poder simbólico da virilidade e é exigido pelo grupo, pois a rua se configura como um local de perigo. Querer estar de posse do armamento, ainda que na bolsa, significa pensar-se como policial militar operacional. Um grupo que se utiliza do discurso de inclusão, que as visualiza como agentes totêmicos humanitários, tentando firmar-se como policial militar, abarcando o que se diz de si (feminino) e o que pretende agregar (masculino): uma mulher-fronteira.

Como parte de construção do processo da entrada das mulheres na PMPR, esse grupo é

³¹ Em 1971, Jaime Lerner implementa o Plano Diretor, promovendo mudanças no espaço físico da cidade e nos costumes da população. O adensamento urbano se dá ao longo dos eixos estruturais, por onde também trafega um novo sistema de transporte de massa. Cria e define os limites do chamado Setor Histórico, bloqueado ao tráfego, privilegiando-se a circulação de pedestres. Mesas, cadeiras e pessoas ao invés de carros. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/curitiba/ruaxv/linha_tempo/index.htm>. Acesso: 20 out. 2006.

³² Entrevista 4A2. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (45 min.).

apresentado como recepcionistas e representantes da cidade humana³³, e no interior da corporação policial militar como gestoras dos rituais burocráticos: “[...] tinha inauguração... o comando convocava todo esse pelotão [...] era aniversário da cidade, esse pelotão era convocado, e os desfiles de um modo geral aqui na capital nós íamos a todos, porque nós os enfeitávamos, nós enfeitávamos a festa do dia [...] nós éramos muito aplaudidas.”³⁴ .

Aplaudidas nos desfiles, presentes nas manchetes e fotos dos jornais, configura-se uma imagem ambígua da mulher policial militar, que sob tutela do olhar masculino, de idosos e crianças, permite-se ficar entre flores e armas: para a população e para a instituição. Nesta última, ocultamente na construção de si como policial militar. O uso do armamento pelas mulheres no interior do aquartelamento avilta sobremaneira o pensamento militar, ao mesmo em tempo que este ideal passa a ser adotado pelas policiais.

Resumindo o reforço de gênero na construção da imagem da policial militar, faz parte das práticas repressivas duplamente: ao se contrapor/sobrepôr e impor às mulheres policiais a contenção de si, com base num ideal de feminino, e principalmente pela utilização dessa imagem pelas corporações policiais na construção de uma auto-imagem humanitária no contexto ditatorial.

Importante lembrar ainda que não obstante o crescente distanciamento e autonomia das Polícias Militares em relação ao Exército, proveniente do período de redemocratização, todos os diplomas legais citados continuam em vigor. As polícias militares, no que se refere ao seu controle e coordenação, continuam subordinadas ao Ministério do Exército, e no que diz respeito a sua orientação e planejamento, estão vinculadas às secretarias de segurança dos estados. Estamos, portanto, atualmente diante de uma dupla estrutura organizacional, de comando e de responsabilidades, em que os comandantes-gerais das polícias militares devem se reportar e, conseqüentemente, obedecer duas autoridades distintas e de esferas administrativas diversas, ou seja: eles devem se reportar e obedecer, no que se refere ao controle e coordenação, ao Ministro do Exército, e, em se tratando de orientação e planejamento, ao Secretário de Segurança Pública do Estado.

Além das questões relativas a estrutura organizacional, a cultura policial permanece voltada a exaltação do viés bélico mesmo que externamente se invista na construção de imagens voltadas a prevenção e auxílio. No interior da caserna o trabalho operacional é considerado mais nobre, pois “as atividades de confronto são identificadas como o verdadeiro trabalho de polícia”³⁵.

³³ OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

³⁴ Idem.

³⁵ SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 76.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

A redemocratização permanece como algo inacabado, no que tange as organizações policiais e sem levar em conta as idealizações presentes nas categorias “mulheres” e “homens” penso ser importante discutir a prática das e dos policiais militares e como as relações de gênero no interior da caserna afetam esse processo de reconstrução/construção de uma Polícia não mais voltada ao modelo da segurança nacional, mas ao modelo de segurança pública.